

*Documentos*

# Documentos



# A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso - século XIX

## Fontes comentadas

Lúcia Salsa Corrêa

### **Apresentação**

O período a que pertencem os exemplares da rica documentação reproduzida aqui, refere-se ao momento do pós-guerra com os paraguaios, de 1870 em diante, marcado pelo trauma causado na Província mato-grossense, em especial, na sua imensa fronteira sul. Estes documentos foram compilados das latas existentes no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá/MT e reúnem manuscritos a partir de uma ordem cronológica (latas 1870 a 1900).

Todavia, para encontrar fontes que narram episódios relativos aos índios da fronteira sul, e suas relações com as comunidades e assentamentos que se estabeleceram na mesma região, é necessário enfrentar um mar de papéis que tratam de assuntos diversos, dispostos sem critério, a não ser a data a que pertencem. Muitos deles são meramente burocráticos, insípidos e lacônicos, sem revelar quase nada da vida e dos conflitos que os geraram. A produção destes papéis, de forma óbvia, resulta do aparelho político-administrativo criado e dominado por grupos oligárquicos que se revezaram no poder regional, quase nunca de forma pacífica e democrática.

Doutora em História.  
Docente-pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, do curso de bacharelado em História e Diretora do Centro de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da UCDB, Campo Grande-MS.

Porém, a simples leitura de *velhos papéis*, que emergem como pepitas de ouro em meio a um monte de areia e cascalho como os aqui citados, compensam essa tarefa árdua e cansativa de garimpá-los: são narrativas e testemunhos claros, contundentes e emocionantes revelando relações (des)humanas entre colonos assentados e posseiros que se instalaram num território aparentemente *vazio e sem dono*, configurando o clássico processo histórico de desapropriação de terras indígenas e apropriação violenta da mão-de-obra que eles representaram, marcando a história desta fronteira e do resto dos sertões do Brasil. As reproduções que se seguem são fiéis aos documentos originais, incluindo as rasuras, a ortografia equivocada ou arcaica e as lacunas deixadas pela má conservação desses papéis.

*Directoria Geral dos Índios de Cuiabá 9 de Novembro de 1871*

*Ill<sup>mo</sup>Ex<sup>mo</sup> Senr~*

*Á cerca do índio da tribu Terena, de nome José Caetano, de quem trata o officio de V. Ex. de 7 do corrente, cujo recebimento tenho a honra de accusar, o que sei e posso informar a V. Ex. é que o dito índio com mais alguns da sua tribu, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do fallecido Pedro Tavares, Capitão da alldêa do Ipégue, no districto de Miranda, e seu substituto; que por occasião da invasão paraguayana não só a sua tribu, como todas as outras, e mais habitantes do districto abandonarão os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos; que ultimamente, voltando os moradores a reoccuparem os seus domicílios, elles Terenas encontrarão a sua alldêa do Ipegue occupada por Simplicio Tavares, por antonomasia Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e lavrarem suas antigas terras e de seus antepassados, pelo que vinhão pedir providências para não serem esbulhados de suas propriedades, das quaes não podiam desprender-se. Um outro índio da mesma tribu de nome Victorino, que fardava-se como Alferes e pretence á alldêa do Nachedache, distante da Ipégue uma legoa, fez-me igual reclamação.*

*V. Ex. conhece o estado de aniquilação completa a que forão reduzida a Villa e todo districto de Miranda; que o Director dos índios daquellas aldeas, Frei Mariano de Bagnaia foi prisioneiro dos paraguayos até quase o fim da guerra e que hoje é vigario de Corumbá, onde reside, não podendo por isso tomar promptas providencias a favor daquelles índios, e nem informar a esta Directoria acerca de occorrencias que se dão naquellas aldeas.*

*Agora, porem, que existe no logar de Miranda um Corpo de tropas, e que par'alli vão affluindo os antigos moradores que escaparão da devastação, parece-me conveniente que V. Ex. recommende ao*

O documento aqui transcrito refere-se aos índios Terena, que ocuparam grande parte do município de Miranda (no atual estado de MS), em especial a aldeia do Ipégue. Revela que estes índios, por ocasião da invasão paraguaia em território sul fronteiriço da Província de Mato Grosso, dispersaram-se e ocuparam os morros circundantes do rio Aquidauana, dentre estes o chamado Morro Azul. Quando retornaram após seis anos de exílio involuntário, premidos pela invasão de um poderoso e temível inimigo – os paraguayos-, encontraram as terras do Ipégue ocupadas por posseiros e tiveram enorme dificuldade de se reorganizarem.

Esses novos posseiros eram, em grande parte, ex-soldados das forças brasileiras que participaram da guerra e da retomada dos territórios invadidos e com o término do conflito regressaram à região do sul da província mato-grossense e aos pantanais, tomando posse de largas faixas de terras consideradas sem dono, estabelecendo-se como criadores de gado bovino. Alguns detalhes do texto merecem destaque: a menção ao Frei Mariano de Bagnaia como defensor dos índios; a menção ao índio fardado

como alferes, revelando a colaboração dos Terena na guerra com o Paraguai e o reconhecimento simbólico do governo brasileiro; e a retomada sofrida da vida cotidiana dos Terena da região de Miranda, incluindo também o núcleo urbano de assentamento de antigos colonos e militares, após a vila de Miranda ter sido arrasada pela invasão.

*Commandante militar e as autoridades do logar toda protecção a favor dos índios, e que os mantenha em suas terras visto como serão precisos ainda annos para que Miranda volte ao seo antigo estado, e tenha as autoridades proprias de uma Villa.*

*Se não houver grande repugnância da parte dos índios, convirá reuni-los em uma só aldeia no que haverá grande proveito para elles e para a sociedade, e isto póde V. Ex<sup>a</sup>. recommendar ao Commandante militar.*

*Deos Guarde a V. Ex<sup>a</sup>*

*Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Senr~D<sup>or</sup> Francisco José Cardoso Junior. Dig<sup>mo</sup> Presidente desta Provincia.*

*Antonio Luiz Brandão  
Director Geral dos Índios*

*Acampamento em Nioac 26 de Outubro de 1874*

*Ill<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Snr~.*

[Preâmbulo do ofício]

*Existindo no pôrto de Santa Roza uma quantidade de Índios, Cayoáz, Guaranyys ou Caenguás, trabalhando na lavoura e constando-me que elles ali vivem prejudicando aos moradores com pequenos furtos e estragos nas suas rôças, e que é devido ao estado de abandono em que elles ali vivem... [e pede instruções ao Comandante sobre o que fazer].*

*Tendo a natureza favorecido á imigração d'estes Índios que ali se apresentarão independente de esforços convites e despendio de alguém está provado a facilidade de serem aldeaiados por que são os proprios a procurarem auxilio.*

*O indiferentismo nas principais pessoas que abitão n'estes lugares, a respeito dos melhoramentos que possuem rezultar conveniencia em tudo e a todos, obriga me fazer a V.Ex<sup>a</sup>. algumas ponderações....*

*(...) fatos provão a facilidade de termos grandes aldeaiamentos no porto de Santa Roza na margem direita do rio Brilhante pelos Índios Cayoaz, Caenguaz e Guaranyys, e nas margens do rio Vacaria até a esquerda d'aquelle pelos Coroados que se manifestão mui desejosos para aldeaiarem se ...*

*Tendo informações de haver chegado na vacaria procedente da Provincia do Paraná uma grande Canôa com mercadorias pertencente a Francisco Joze Pires Martins e sabendo que elle estava n'este acampamento dispondo de seus generos, pedi-lhe informações do procedimento d'aquelles Índios durante sua viagem, declarou-me que a noticia que corre de serem os Coroados d'ali mui barbaros é falsa visto como a trez annos é o unico que tem navegado por aquelles rios e que nada tem d'elles sofrido apezar de ser sempre a tripulação de sua canôa de Índios Cayoaz seus inimigos.*

O documento trata dos índios Kaiowá e Guarani (Guaranis e Caenguás), revelando o importante papel desempenhado pelas sociedades indígenas da fronteira na agricultura de abastecimento interno de alimentos e de artefatos (cerâmicas, redes, tecidos rústicos e outros), fornecidos à população que se dedicava à pecuária e se estabeleceu na região.

Este documento apresenta algumas lacunas pelas más condições de preservação, porém é bastante claro ao revelar a situação de conflito entre índios e fazendeiros estabelecidos no mesmo território, bem como a situação de pobreza e desamparo de alguns agrupamentos indígenas. Faz menção aos índios Bororo (chamados então de Coroados), como muito agressivos e temidos pelos posseiros e habitantes dos redutos urbanos no sul da província, e também registra a existência do comércio de abastecimento nesses distantes sertões, realizados pela ampla malha fluvial que se estende entre os grandes rios Paraná e Paraguai. Ao mencionar que a língua falada pelos Kaiowá e Guarani é bem entendida pela população em geral, expressa a evidência da

forte influência cultural paraguaia/índigena em toda a região de fronteira. Sabe-se que por diversas décadas após a grande guerra de 1864-1870, o guarani mesclado ao castelhano e à língua portuguesa correspondeu a um dos principais traços da cultura da fronteira sul-mato-grossense.

[Trecho do documento que relata uma tentativa de aproximação do mencionado comerciante com os índios Coroados]

*(...) Nada entendendo Pires Martins do idioma d'elles todavia comprehendeu por acênos o dezejo delles de seremaldeiados por que manifestávão muita pobreza e miseria, devido a falta de recurços sobre tudo de ferramentas para o trabalho das roças, e é este o motivo que obriga a elles fazerem assaltos nos moradores com o fim único de obterem ferramentas. Se fossem malvados como se supõem terião alguma couza feito á aquelle passageiro...*

*O terror que todos moradores votão n'aquelles pobres Índios é tal que negão lhes hospitalidade mesmo quando elles se apresentam pedindo serviços, onde pois podem elles obterem recurços? é por tanto isto o motivo dos assaltos como unico meio de conseguirem alguma ferramenta, não á um só exemplo que o convença o contrario do que exponho.*

*Não havendo este terror para com os Cayoás Guarany e Caenguáz, são acolhidos e permutam seus serviços por ferramenta e outros necessários, influindo também o idioma d'estes que é comprehendido mais ou menos por todos...*

[O autor sugere o local de Santa Rosa para um grande aldeamento]

*(...) Paresse de alguma necessidade um destacamento no porto de Santa Roza por que não só observa e protege todos elles, como tambem auxilia a navegação d'aquelle ponto á Provincias do Paraná e S. Paulo, e mesmo a S<sup>ta</sup>. Anna do Paranaíba onde embarcado se vai em quinze dias, ao passo que por terra = como constantemente são as paradas do Corpo = gastão pelo menos trinta...*

*(...).*

*D. G<sup>o</sup>. a V. E. X<sup>o</sup>.*



*Ill<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Sr<sup>o</sup>~Doutor General Joze de Miranda da Silva Reis D. Presidente e Comm<sup>e</sup>. das Armas da Província.*

*João Caetano Teixeira Muzzi  
Cap. Director int<sup>o</sup> da Colônia dos Dourados*

*Quartel do Commando do 1<sup>o</sup> Corpo de Cavallaria de Guarnição da Fronteira de Matto Grosso em Nioac 3 de Fevereiro de 1874.*

*Ill<sup>mo</sup>e Ex<sup>mo</sup> Senr<sup>o</sup>.*

*Passo ás mãos de V. Ex<sup>a</sup> o officio incluso o qual me foi dirigido pelo cidadão Pedro Ferreira Ribeiro em serra cima distante deste acampamento oito legôas, em que me pede auxilio para atrahir os Indios chegados a fazenda do mesmo denominado Santa Gertrudes, e com o fim de os aldear nas margens do Rio Brillhante.*

*Já neste acampamento se me tem apresentado por diferentes vezes um numero de 20 a 30 Indios e de diferentes nações acompanhados de seus Capitães, a quem tenho feito melhor agasalho mandando distribuir não só comedorias pelo tempo que aqui se tem demorado, como alguma ferramenta e mais utensilios que os mostram desejos de possuir, com o intuito de o chamar estabelecer em suas aldeas, quando não neste acampamento ao menos proximo, e mostram ainda estarem possuidos de terror dos Paraguayos aos quaes tenho feito tranquillisar a tal respeito.*

*Alguns tribos que habitavão nas margens do Apa, já aldeados e que segundo me consta por informações com o cunho de verdade prestavão muitos serviços quer a lavoura quer a criação de gado, com invasão Paraguaya abandonarão seus domicilios e intranharão-se nas mattas da margem do Rio Paraná, nesta provincia e alguns passando*

Este documento comprova a utilização da mão-de-obra indígena na área de fronteira sul da província mato-grossense, onde por muito tempo antes e após a guerra com os paraguaios, havia uma enorme escassez de braços para a lavoura e de capitais para o investimento em trabalho escravo. Trata-se de uma solicitação para atrair e reunir índios de sociedades diversas que, segundo o autor do officio, se apresentavam espontaneamente. O mesmo texto informa a utilização da força de trabalho indígena na área fronteira (proximidades do rio Apa), em atividades agrícolas de abastecimento e em pecuária.

Além disso, o documento atesta de forma clara e interessante o trauma causado nas comunidades indígenas pela guerra, a ponto dos índios mencionados manifestarem terror aos paraguaios por longo tempo após o término do conflito. Ressalta-se a referência de que alguns grupos indígenas deixaram suas áreas originais após a invasão deste território, para internarem-se nos campos mais distantes e cruzarem os rios Paraná, Paranapanema e Ivaí (Tietê) estabelecendo-se em outras províncias (Paraná e São Paulo) ao menos por algum tempo. Assim, a guerra provocou uma diáspora que, de maneira definitiva, alterou indelevelmente as condições de sobrevivência dessas comunidades nessa fronteira.

Outro aspecto relevante é a visão de fartura e potencialidades econômicas do grande sertão sul de Mato Grosso, tanto pela pecuária como pela exploração dos seus recursos naturais e em especial dos ervais, como pela abertura do mercado paraguaio para uma economia mercantil de abastecimento de produtos de primeira necessidade. Vale lembrar ainda que essa fronteira, a partir do fim do conflito, pôde desfrutar da livre navegação dos grandes rios e da malha fluvial interna, resolvendo em parte o sério problema de isolamento e das comunicações com o resto do mundo. O documento em apreço traz, em anexo, um outro ofício de Nioac, datado de 22 de janeiro de 1874 (que não foi aqui reproduzido), registrando o depoimento do mesmo João Pedro Ferreira Ribeiro citando outros fazendeiros da região, afirmando desejar “civilizar os índios para o trabalho e que a falta de braços para a lavoura e a criação de gado” provocava a quase extinção dessas atividades entre os moradores daquela fronteira. Por falta de recursos de capital desses fazendeiros, e pelo estado de pobreza em que se encontravam os índios, apelava-se ao governo da província para financiar o re-agrupamento e a organização dos grupos indígenas do sul de Mato Grosso e o aproveitamento dos mesmos para prestar serviços como mão-de-obra voluntária ou compulsória.

Fonte: Lata 1874 A –  
Mss., Documentos  
Avulsos – APEMAT.  
Cuiabá-MT.

*este Rio habitão hoje a costa do Rio Paraná na provincia do mesmo nome, e costa dos Rios Paranapanema e Ivañi, porem hoje mostram o maior empenho de voltarem a seos antigos postos, porém o estado de pobreza em que se achão e ao mesmo tempo os poucos recursos que lhe possão ministrar os fazendeiros estabelecidos nesta fronteira, são insuficientes para o fim desejado.*

[Referindo-se aos mesmos índios, o autor tece comentários sobre a importância dessa mão-de-obra e da situação estratégica dessa fronteira]

*(...) o auxílios de tantos braços até hoje inutes; os serviços que devem prestar a lavôura e industria desta parte [a fronteira] talvez a mais rica desta majestosa Província são incalculaveis.*

*Ferteis campinas proprias para criações de todas a qualidade de gado, inisgotaveis mattas de herva matte, suberbos terrenos para agricultura, a incommunicação a Republica do Paraguay a quem já em parte se fornese de gado e mantimentos, isto no sentro de muitos Rios e canaes navegaveis, in communicação com as Provincias do Paraná e São Paulo de cujos logares já nos tem chegado no porto de Santa Roza canôas carregadas com diversos artigos e mantimentos, deve merecer a sulicitude de V. Ex<sup>a</sup>. a que acabo de espor....*

*Deos Guarde a V. Ex<sup>a</sup>.*

*Ilm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Senr~General Doutor José...Reis*

*Muito Digno Pres. e Commandante das Armas desta Província*

*José Diogo dos Reis*

*Tn<sup>e</sup>. C<sup>el</sup>.*

*Directoria Geral dos Índios em Cuyabá, 14 de Julho de 1885.*

*Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Senr~.*

*Há tempos que vagamente me chegava ao conhecimento que o director dos índios Cadivéos, no Baixo Paraguay Antonio Joaquim Malheiros, tratava com certa dureza aquelles infelises índios, confiados a sua direcção, empregando-os discricionariamente em serviços de roças, custeio de gado, cortes de lenha á seus navios e para negocio, tripulação dos mesmos e até no seu serviço domestico sem outra remuneração além da exígua alimentação.*

*Ultimamente aqui se apresentou o Capitão da referida tribo de nome Naniila queixando-se de maus tratos, prisões e até castigos corporaes infligidos por ordem do director, nelle Capitão e nos seus, por uns soldados que Malheiros tem a sua disposição no logar da morada dos índios; queixa que foi reforçada por informação de pessoa criteriosa como seja o mesmtre do Vapor D. Constança, em cujo navio veio de passagem gratuita o dito Capitão Naniila, e cuja vinda para esta cidade os agentes de Malheiros tentarão impedir em Corumbá.*

*Não sendo possível portanto, que me torne indiferente em presença de tanto abuso, me apresso em pedir a V. Ex<sup>a</sup>. que se digne dispensar o dito Malheiros do cargo de director dos índios Cadivéos, e para substitui-lo tenho a honra de propor o*

Este documento, anterior à abolição da mão-de-obra escrava no Brasil, demonstra como a realidade da fronteira extrema do Oeste diferia de outros centros econômicos mais destacados do Império. A questão escravista, oficialmente, nada tinha a ver com a população indígena brasileira, porém no distante sertão de Mato Grosso havia fortes evidências de trabalho compulsório de índios, fossem de grupos nacionais ou de regiões vizinhas (boliviana e paraguaia), até porque se tratava de um território carente de recursos para dar conta dos investimentos adequados na força de trabalho (na compra e manutenção de escravos negros) e de resolver parte da escassez populacional.

A principal questão deste documento, e de outros que se seguem, é a atuação do coronel Antonio Joaquim Malheiros, português radicado nessa fronteira, e grande proprietário criador de bois e de cavalos na região do Nabileque (pantais situados no sul e fronteiriços com o Paraguai); também comerciante, dono de pequenos vapores que circulavam pelo rio Paraguai e chefe político de grande influência em Corumbá.

Outros documentos da mesma época, não menos interessantes, mencionam o mesmo Malheiros envolvido em contrabando de gado bovino e equino pela fronteira paraguaia e sonegação fiscal. Além disso, Malheiros foi chefe político poderoso na região e inventariante do espólio do Barão de Vila Maria após sua morte em 1874, envolvendo-se num longo e tumultuado processo de tramitação do testamento e litígio com os herdeiros do Barão. Ao cabo de trinta anos, ao encerrar-se o inventário, aos herdeiros pouco restou do rico espólio, enquanto crescia a força econômica e política do coronel Malheiros no sul da província.

Assim como o grupo Kadiwéu, outros índios também foram submetidos aos mesmos dis-sabores e à violência costumeira

na fronteira, decorrente da estrutura escravista que imperou em todo o Império, mesmo após a Abolição.

Foram encontrados mais documentos que mencionam ainda o coronel Malheiros e indicam outras formas de escravização de índios. Um deles data de 11 de outubro de 1888, dirigido ao presidente da província coronel de Mello Rego, escrito pelo diretor geral dos índios em Cuiabá, que responde a um ofício do coronel Malheiros denunciando tropelias dos Kadiwéu. Este documento afirmava ser necessário convencer o “Cacique dos Cadiueus [da inconveniência da prática] do indecente e dehumano comercio praticado pelos mesmos Cadiueos, fazendo prisioneiros aos Chamocôcos, e vindo em Corumbá vendel-os como escravos; podendo d’ahi resultar o malogro da catechese dos últimos, que tão dóceis e timoratos se mostram, e que muito voluntariamente nos tem procurado”.

O ofício de 12 de outubro de 1888 do Diretor dos Índios em Cuiabá, também dirigido ao Presidente da Província, explicitava uma denúncia de escravização dentre as comunidades indígenas: “Sou informado que há muito tempo os índios Cadiueos, abusando de sua superioridade de forças, tem por costume assaltarem as aldeas dos timidos Chamocôcos, e aprisionarem os menores d’esta tribu para o fim de os conduzir á Cidade de Corumbá, onde os permutão por objetos muitas vezes insignificantes, ficando reduzidos á uma quase escravidão, sendo muitas vezes barbaramente exterminada uma família d’esses infelizes só com o fim de apprehenderem uma ou duas crianças para aquelle abominável trafico”.

*Tenente Coronel Antonio Romualdo da Silva Pereira, cidadão respeitável, residente em Corumbá, que reúne em si condições as mais desejáveis para o bom desempenho do referido cargo.*

*D<sup>s</sup>. G<sup>e</sup>. a V. Ex<sup>cia</sup>.*

*Ill<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Senr~General Floriano Peixoto*

*Dig<sup>mo</sup>. Presidente da Província*

*O Director Geral*

*Thomaz Ant<sup>o</sup>. de Mind<sup>a</sup>. Roiz*

Fonte: Lata 1885 E – Mss.,  
Documentos Avulsos –  
APEMAT. Cuiabá-MT

*Commando da Fronteira do Baixo Paraguay, em Corumbá 17 de Outubro de 1888*

*Il<sup>l</sup>mo. e Ex<sup>mo</sup>. Senr*

*O Director dos índios do Baixo Paraguay Coronel Commandante Superior Antonio Joaquim Malheiros, não dignou-se dirigir a este commando á cerca dos factos que diz terem sido praticados pelos índios cañiuéos e dos quaes só vim a ter conhecimento pelo officio que entendeo dirigir-me o D<sup>o</sup>. Juiz de Direito interino enviando-me por copia o do referido Director a elle dirigido, participando a occurrencia depois de já havel-a feito ao Director na Capital e, sem duvida, pelo Paquete, pedindo providencias a V.Ex<sup>a</sup>., o que tudo consta por copia junta, sendo-me entregue no dia em que da mesma occurrencia tratou o periódico “Corumbaense” de n.º 26 e mais tarde o – Oásis –, ambos levando a questão para o terreno político, servindo-se como arma de opposição; entendi que diante da falta de praças para o serviço de guarnição e outros de mais urgência não podia dispensar força alguma para restaurar o almejado destacamento que foi mandado crear em 14 de Julho de 1884 com a clausula de não prejudicar o serviço d’esta fronteira, officio por copia junto, ainda mais por já tel-o affectado a V.Ex<sup>a</sup>. por intermédio do Director geral na capital.*

*O referido Coronel Director dos índios acha-se afasendado nos terrenos habitados por esses índios onde nascerão e viverão seus antepassados, e na margem esquerda do Rio Paraguay quase em frente ao Forte Olympo que se acha reocupado por uma guarnição de dusesntos homens paraguayos, sob o Commando, segundo consta de um Major.*

*Consta também que são fornecidos por essa Fazenda a cujo dono vierão recommendados e que até forão suppridos de material para a reconstrucção do mesmo Forte: assim mais que a convite d’esse*

Outro documento datado de 17 de outubro de 1888 e também referente às relações do coronel Antônio Joaquim Malheiros com os índios da fronteira, menciona um mecanismo muito utilizado na estrutura de poder coronelista em Mato Grosso, que era o uso da força militar estabelecida na fronteira para atender interesses privados de políticos e grandes proprietários. Na verdade os militares participaram da vida política na fronteira em diversos momentos de sua história, interferindo na disputa pelo poder local e regional. Essa é a forma de compreender o motivo pelo qual o coronel Malheiros solicita o apoio de um destacamento do comando geral da fronteira do Baixo Paraguai para utilizá-los na coação/repressão aos índios sob sua direção. Em contrapartida, o fazendeiro colaborava com o fornecimento de víveres aos pequenos destacamentos de soldados que o auxiliavam, visto que o governo estadual não dispunha de recursos suficientes para pagar soldos e manter tropas em toda a fronteira sul. Outros aspectos muito interessantes aqui revelados são as relações do fazendeiro da fronteira com os militares paraguayos do Forte

Olimpo, situado na margem oposta do rio Paraguai e paralelo às terras do coronel Malheiros. O texto é claro quanto às trocas rotineiras, e de toda espécie, nessa fronteira, efetuadas com a simples travessia do rio Paraguai. O intercâmbio clandestino de mercadorias diversas pela imensa e desprotegida fronteira foi, de fato, uma das características de toda a região margeada pelos grandes ou pequenos rios do sul-mato-grossense, ou mesmo pela chamada fronteira seca. Contudo, a mobilização de soldados estrangeiros em solo brasileiro para atender interesses particulares do poderoso coronel Malheiros, em provável repressão aos Kadiwéu, foi uma ocorrência grave e singular, que também se tornou comum e característica na fronteira sul-mato-grossense.

*proprietário tem ido por passeio os officiaes e praças d'esa guarnição á dita Fazenda por isso não deve admirar que dessem os agentes do dito Coronel Director dos índios lugar a que uma força estranha a pedido fosse pisar território brasileiro, como ingenuamente o referem no citado officio, procedimento que infringe a nossa lei fundamental, como V. Ex. melhor o sabe, e sobre cujo assumpto não posso deixar de pedir providencias a V. Ex.ª.*

*Os índios em vez de serem levados pelo rigor da força, deverião sel-o por meios brandos, tanto mais quanto já commercio comnosco e fallão a maior parte o portuguez, e são dignos de outra consideração pelos serviços notórios que prestarão em auxíliar á força brasileira na ultima guerra.*

*Em vez de destacamento, como reclamão, com cujo fornecimento a Fazenda auferia a importância das etapas das praças, mais ou menos 100\$000<sup>r</sup> mensaes, deveria ali existir um Missionário, do que se têm por certo, decurado o respectivo Director.*

*Deus Guarde a V. Ex.ª.*

*Ill<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. S<sup>r</sup>. Coronel D<sup>or</sup>. Francisco Paphael de Mello Rego, Digno Pres. e Com. das Armas d'esta Prov.*

*O cor<sup>t</sup>.*

*Benedicto Mariano de Campos*

*Directoria da Colônia Militar dos Dourados 10 de Outubro de 1888.*

*Illm.º e Exm.º. Senr.~.*

*Milhares de indígenas mansos, porem no estado semi selvagem, povoão as margens dos rios Dourados, Brilhante e Ivinhema, Paraná, Anhambahy e Iguatemy, falando todos a lingua guarany, com pequenas alterações e pertencentes a famílias payaguas, guarany e Cayoá. Mais de trezentos destes últimos, há poucos annos, formavão um possante aldeamento entre as cabeceiras do Aquidaban e Ponta-porá, a distancia de 4 legoas desta Colônia, e ahi se entregavão a agricultura por conta própria e por ajustes.*

*Esses indígenas que pouco conhecem o valor da moeda e dos objectos que se lhes fornece, contentavão-se com o pouco que recebião. – A compra de artigos de valor de 1 – vendidas por 3 e 4, a péssima alimentação e os castigos physicos, tão communs n'estas paragens, postos em acção, tem cooperado para o despovoamento desse aldeamento, que ainda hoje conta cem pessoas, mais ou menos, tendo as outras procurado abrigo nas brenhas do Dourados.*

*Hoje, Exm.º. S<sup>r</sup>., que, mais do que nunca o Brazil precisa de dar incremento a lavoura, parece-me que commette um crime todo aquelle funcionario que não indicar os meios de lançar-se mão para que em tempos próximo, os braços possantes desses irmãos das selvas venhão em auxilio da sociedade cooperativa do progresso.*

[O Diretor da Colônia faz diversas sugestões, a seguir, para envolver a população indígena no trabalho da lavoura e da criação de gado bovino, incluindo a educação em oficinas e a catequese].

*Deos Guarde a V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>.*

*Illmº e Exmº. Sr. Cel. D. Francisco Raphael de Mello Rego, M.D.  
Pres. e Comm<sup>te</sup>. das Armas*

*Cap<sup>m</sup>. João Luiz Gomes*

O documento revela um traço fundamental na cultura da fronteira que é a difusão de línguas distintas, e que existem ainda hoje revividas no linguajar regional do sul de Mato Grosso do Sul.

Não apenas a sobrevivência da língua Guarani, mas uma mescla com a língua portuguesa agregada de expressões tipicamente castelhanas, e ainda a existência de alguns costumes das comunidades imigrantes paraguaias (leia-se Guarani), deixam transparecer quais raízes fundantes sustentam o que se pode chamar de identidade sul-mato-grossense. Além disso, o documento testemunha a presença numerosa de índios Kaiowá e Guarani e o imenso território ocupado por eles nos finais do século XIX, bem como suas atividades de agricultura de abastecimento e sua inserção na economia regional como força de trabalho super-explorada pelo aviltamento dos pagamentos efetuados pelo trabalho indígena ou pelas mercadorias comercializadas pelos índios. A violência está presente nesse cotidiano indígena, tanto pela repressão e trabalho compulsório, como pelo estado de miséria e desagregação dos grupos a que estiveram sujeitos.

Fonte: Lata 1889 B–  
Mss., Documentos  
Avulsos – APEMAT.  
Cuiabá-MT.

A seguir estão reproduzidas algumas partes significativas de um relatório do ano de 1892 da Colônia Teresa Cristina, local que deu origem ao atual município de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso. Este relatório está dirigido ao então presidente do Estado de Mato Grosso, Manoel Joaquim Murinho, pelo Diretor da Colônia Teresa Cristina, o Tenente-Coronel Joaquim José Fonseca da Silva. Neste relatório menciona-se as consequências do movimento armado de 1892 que abalou o estado mato-grossense, decorrente das disputas da política oligárquica da época, resultando em meses de abandono da colônia. O texto revela as preocupações com a imigração estrangeira incentivada no país para aumentar a força de trabalho nas atividades agrícolas, deixando transparecer as dificuldades das elites brasileiras em lidar com a mão-de-obra livre e assalariada que substituiu o trabalho escravo implantado desde o período do Brasil Colonial. O mesmo relatório é um importante testemunho dos obstáculos que a região dos sertões mato-grossenses enfrentava para manter com regularidade uma economia de abastecimento interno, sem ter que recorrer às onerosas importações de gêneros essenciais de abastecimento. E, nestes casos, a mão-de-obra indígena representou um relevante papel.

Fonte: Lata 1893 A–Mss., Documentos Avulsos – APEMAT. Cuiabá-MT.

## *Relatório do anno de 1892 da Colônia Thereza Crhistina*

[Parte introdutória do relatório que descreve problemas da região com a escassez de mão-de-obra para atividades agropecuárias]

*(...) O Governo que tão grandes sommas tem despendido para obter colonos estrangeiros com o fim de povoar os nossos vastos terrenos e de dar vida real a nossa quase extincta lavoura, fonte principal das rendas publicas, fará inteira justiça, concedendo a maior somma de favor possivel a catechese dos índios, por ser certo, que elles uma vez habituados aos nossos costumes, nos remunerarão prodigamente dos sacrificios feitos, offerecendo-nos braços robustos e de sobre para o nosso trabalho, o que, sem duvida, será preferível ao elemento estrangeiro, que com quanto mais adestrado no amanho da terra, trabalha, tendo somente em mira accumular fortuna, para ir gosar-a em seus lares, abandonando-nos com a mais negra ingratião, como tem acontecido; accrescendo que os colonos estrangeiros, cujos costumes muito differem dos nossos, nos obriga também a empregar os meios da – Catechese –, alias com avultadas despesas, já de transporte e já de manutenção, para faze-los, mais ou menos, comprehender o nosso regimen, e ainda assim, vemos muitas vezes frustrados o nosso empenho, por que procurão, a guisa dos nosso selvícolas, manter a todo transe, seus hábitos primitivos, estabelecendo, Poe esse modo, uma tal e qual independência entre si, com menos preso das nossas regras, o que sem duvida não deixa de ser muito nocivo a nossa sociedade (...)* (folha 3).

*(...) pode-se contar este anno, com regular colheita de milho, mandioca e arroz (...). No mez passado mandei palntar um pouco de cana, sendo necessário para isso, comprar mudas de particular. O feijão que se havia plantado... quase tudo se perdeu, devido a muitas chuvas. (...) espero porem, com algum fundamento, que mais tarde poderei contar com os índios, como uma força effectiva para o serviço da lavoura, isto é, quando for possível incutir nelles a convicção de que é preciso deixarem a vida errante e a indolencia, para só proverem-se do necessario para a vida pelo meio do trabalho. (...) estando os índios viciados extraordinariamente pelo regimen até então seguido, a só receberem tudo quanto manifestão desejar, sem retribuição de especie alguma, não julgo ser facil encaminhal-os de prompto como é para desejar-se e é preciso (...)* (folha 4)



*Directoria Geral dos Índios em Cuiabá 25 de Outubro de 1897*

*Ex.<sup>mo</sup> Senr~*

*Representando-me o índio Terena Capitão Alexandre Bueno, que se acha n'esta capital vindo da Villa de Miranda, contra o procedimento de alguns moradores d'aquelle lugar, que pretendem prejudicar os índios alli aldeados, invadindo as suas terras no lugar denominado Nachedache, havidas legitimamente, como se deprehende do incluso titulo, que por cópia submetto á consideração de V.Ex.<sup>a</sup>, vou rogar a V.Ex.<sup>a</sup> haja de dar as necessárias providencias para que sejam medidas e demarcadas as referidas terras, e recommendar ás authoridades locaes, que fação garantir a propriedade dos mencionados índios.*

*Saúde e Fraternidade*

*Ao Ex.<sup>mo</sup>. Senr~ Coronel Antonio Cesário de Figueiredo, Dig.<sup>mo</sup>. Vice Presidente do Estado.*

*O Director Geral*

*Antonio J. de Faria Meneses*

O texto reproduzido abaixo revela de forma bem clara o processo de expropriação de terras indígenas que ocorreu em todos os sertões do país, desde os primeiros momentos de expansão pelo interior da colonização e da abertura das fronteiras agropecuárias, da fronteira mineira, do movimento de deslocamento e assentamentos de novas populações pelo interior continental. O documento em questão menciona o problema dos índios Terena, deixando explícito ter havido a demarcação oficial de suas terras, mediante titulação conferida pelo governo, mas ainda assim, na prática, esses limites não foram respeitados.

Fonte: Lata 1897 C–  
Mss., Documentos  
Avulsos – APEMAT.  
Cuiabá-MT.

